

ATO DE ARQUIVAMENTO

O Superintendente Regional de Meio Ambiente – SUPRAM/ASF, no uso de suas atribuições legais;

Considerando os termos da Papeleta de Despacho n. 93/2019, que recomenda o arquivamento do feito pelos fatos e fundamentos legais expostos;

Considerando, desta forma, a regra prevista nos artigos 16 e 17 da Resolução CONAMA n. 237, de 19 de dezembro de 1997;

Considerando, por fim, que a “Administração pode declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou quando o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente” (Lei Estadual n. 14.184, de 31.01.2002);

Determino o **arquivamento do Processo Administrativo n. 13209/2006/003/2017** do empreendimento João Gabriel Sobrinho e Outros, sito na Zona Rural do Município de Pará de Minas.

Diante disso, adotem-se as seguintes providências:

- a) Publique-se o arquivamento dos autos, com a devida notificação ao empreendedor;
- b) Remeta-se os dados do mesmo à Diretoria Regional de Fiscalização Ambiental para fiscalização e apuração de eventuais infrações ambientais, na oportunidade, comunique-se da necessidade de avaliação das condicionantes da licença anterior.
- c) Tendo em vista o descumprimento de cláusula do TAC, após os tramites, os autos deverão retornar ao jurídico para encaminhamento à AGE.

Divinópolis/MG, 26 de março de 2019.
Rafael Rezende Teixeira
Superintendente - SUPRAM/ASF
M.A.S.P.: 1.364.507-2

Rafael Rezende Teixeira


Superintendência Regional de Meio Ambiente do Alto São Francisco
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Estado de Minas Gerais

AO NAO
para arquivamento.

Gratas, 26/03/19

Marcela Anchieta V. G. Garcia
Gestor Ambiental / SISEMA
MASP. 1.316.073-4

PARECER JURÍDICO PARA ARQUIVAMENTO

 SECRETARIA DE ESTADO E MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL SUPRAM ASF	PAPELETA DE DESPACHO	N. 93/2019
		Data: 26/03/2019
Documento Siam n.: 0085416/2019		
Empreendimento: João Gabriel Sobrinho e Outros CNPJ: 087.534.076-87	Município: Pará de Minas/MG	
Assunto: Arquivamento do Processo Administrativo n. 13209/2006/003/2017		
De: Marcela Anchieta Veiga Gontijo Garcia – Gestor Ambiental	Unidade Administrativa: Área Jurídica – SUPRAM ASF	
Para: Rafael Rezende Teixeira	Unidade Administrativa: Superintendente – SUPRAM-ASF	
<p>Senhor Superintendente,</p> <p>Considerando que tramita nesta Superintendência Regional o processo administrativo n. 13209/2006/003/2017, sendo o requerimento para obter a LOC pelo qual o empreendimento e titular do processo, JOÃO GABRIEL SOBRINHO E OUTROS, inscrito no CPF sob n. 087.534.076-87.</p> <p>Considerando que, não obstante a juntada dos documentos básicos para a formalização do processo e relacionados no FOBI, se fez necessário solicitar informações complementares à empresa para o regular andamento do licenciamento, consoante envio do Ofício SUPRAM-ASF n. 1477/2018, imprescindíveis para análise e continuidade do processo, com supedâneo no Decreto Estadual n. 47.383/2018 e art. 22, da Lei Estadual n. 21.972/2016;</p> <p>Considerando que, não obstante o envio e recebimento do citado ofício, se constatou que a empresa não atendeu todos os que foi solicitado pelo Órgão Ambiental, prejudicando a análise do mérito deste licenciamento;</p> <p>Considerando ainda a manifestação da gestora técnica exposta na Papeleta retro.</p> <p>Considerando que já houve análise das cláusulas do TAC, conforme informação na papeleta técnica.</p> <p>Considerando que foi encaminhado ofício iniciando-se o procedimento de arquivamento. (ofício n. 167/2019).</p> <p>Considerando a informação de que o DAE foi devidamente quitado.</p> <p>Considerando a Instrução de Serviço SISEMA n. 05/2017, editada em 27/04/2017 pela ASNOP – Assessoria de Normas e Procedimentos, que disciplina o procedimento de arquivamento de processos de regularização ambiental;</p> <p>Considerando, desta maneira, que a “Administração pode declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou quando o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente” (Lei Estadual n. 14.184, de 31.01.2002), fato este consiste na completa perda de objeto por falta de</p>		

interesse do empreendedor;


Considerando, por fim, a regra prevista nos artigos 16 e 17 da Resolução CONAMA n. 237, de 19 de dezembro de 1997 e Decreto Estadual n. 47.383/2018;

Recomenda-se o arquivamento do presente processo administrativo n.13209/2006/003/2017, com a publicação deste ato nos meios oficiais e notificação da decisão ao empreendedor, que deve proceder com a regularização ambiental do seu empreendimento acaso opte por operar suas atividades, sob pena das sanções previstas no Decreto n. 47.383/2018.

Remeta-se os dados do mesmo à Diretoria Regional de Fiscalização Ambiental para fiscalização e apuração de eventuais infrações ambientais, bem ainda para análise das condicionantes do processo anterior.

Os processos vinculados deverão ser do mesmo modo arquivados ou indeferidos, quais sejam: 10639/2017 e 17852/2016.

Tendo em vista que foi lavrado auto de infração em razão do descumprimento de cláusula do TAC – Termo de Ajustamento de Conduta, os autos deverão retornar ao jurídico para encaminhamento à AGE para execução do TAC.


Marcela Anchieta Veiga Gontijo Garcia
MASP 1.316.073-4

Gestora Ambiental – Jurídico
Diretoria Regional de Controle Processual
Superintendência Regional de Meio Ambiente do Alto São Francisco